

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudos de América Latina e Caribe

Bolsista: Liana Santos de Carvalho (EIC)

Linha de Pesquisa: Mercosul: a construção de um projeto histórico

Período de Coleta: 01 de julho de 2021 até 31 de julho de 2022

Data da notícia: **08/07/2021**

Título da notícia: **Uruguaios ultrapassam números de assinaturas necessárias para referendo contra lei de Lacalle Pou**

Link da fonte: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/70460/uruguaios-ultrapassam-numero-de-assinaturas-necessarias-para-referendo-contra-lei-de-lacalle-pou>

A Comissão Nacional Pró-Referendo do Uruguai informou na tarde desta quinta-feira (08/07) que foram recolhidas, até o momento, 763.443 assinaturas para solicitar um referendo nacional contra a Lei de Urgente Consideração (LUC) aprovada ano passado pelo presidente Luis Lacalle Pou.

Com 100.000 assinaturas a mais do que o necessário, movimentos sociais, sindicatos e coletivos esperam conseguir a aprovação para a consulta popular e, assim, tentar revogar 135 dos 476 artigos do pacote de leis aprovado em 8 de julho do ano passado, após tratamento expresso no Congresso.

A LUC foi uma das principais propagandas de campanha eleitoral de Lacalle Pou, que assumiu a Presidência uruguaia em 2020. Artigos respaldam temas sobre a segurança, assim como áreas da educação, trabalho, economia, saúde e meio ambiente.

De acordo com o jornal uruguaio *El Observador*, a Comissão Nacional Pró-Referendo pretende reverter cerca de oito capítulos inteiros que se referem, por exemplo, à proteção à livre circulação, à eleição dos diretores do Banco de Segurança Social, assim como à privação de liberdade de adolescentes e ao mercado de petróleo bruto e seus derivados.

Ao periódico, o integrante da Comissão Rafael Michelini disse que a campanha de assinatura é uma "defesa" da "qualidade democrática do Uruguai". "Isso significa que vai haver um referendo. No Uruguai não se legisla assim. Vamos discutir esses artigos e que o povo se manifeste", disse.

Data da notícia: **08/07/2021**

Título da notícia: **Brasil assume presidência do Mercosul, e Bolsonaro critica liderança argentina no bloco**

Link da fonte: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/70457/brasil-assume-presidencia-do-mercosul-e-bolsonaro-critica-lideranca-argentina-no-bloco>

O Brasil assumiu nesta quinta-feira (08/07) a presidência rotativa do Mercosul e Jair Bolsonaro fez um discurso crítico à liderança anterior, do argentino, Alberto Fernández. Além disso, o mandatário mentiu ao dizer que o país já retomou as atividades de maneira "plena" após a pandemia de covid-19.

"O semestre que se encerrou deixou de corresponder às expectativas e necessidades de modernização do Mercosul. Devíamos ter apresentado resultados concretos nos dois temas que mais mobilizaram nossos esforços recentes: a revisão da tarifa externa comum e a adoção de flexibilidades para as negociações de acordos comerciais com parceiros externos", disse criticando o argentino.

Bolsonaro ainda afirmou que seu governo tem "sede por resultados" e que "precisamos lançar novas negociações e concluirmos os acordos comerciais pendentes, ao mesmo tempo em que trabalhamos para reduzir tarifas e eliminar outros entraves ao fluxo comercial entre nós e com o mundo em geral".

"A persistência de impasses, o uso da regra do consenso como instrumento do veto e o apego a visões arcaicas de viés defensivo terão um único efeito de consolidar sentimento de ceticismo e dúvida quanto ao verdadeiro potencial dinamizador do Mercosul", acrescentou.

Sobre a pandemia de covid-19, Bolsonaro mentiu em seu discurso sobre a atual situação da crise sanitária.

"Meu governo está empenhado em garantir rápida e plena recuperação da economia neste momento de intensificação da imunização em massa. Os brasileiros voltam a estudar e trabalhar em plena segurança. A viver, enfim, em condições de plena normalidade", afirmou aos presidentes da Argentina, Paraguai e Uruguai.

No entanto, muitas cidades brasileiras ainda não conseguiram retomar as aulas de maneira integral, além dos constantes problemas de falta de vacinas, que atrapalham o avanço da campanha de imunização.

Além disso, conforme os dados do último boletim do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o país tem uma média de 1.594 óbitos por dia, uma das mais altas do mundo, e de 50,2 mil casos diários - também entre os mais elevados.

Data da notícia: **09/07/2021**

Título da notícia: **Bolívia denuncia que Macri participou de golpe; Argentina pede desculpas**

Link da fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/09/bolivia-denuncia-que-macri-participou-de-golpe-argentina-pede-desculpas>

A Bolívia denunciou que o ex-presidente argentino Maurício Macri (2015-2019) enviou armamento para favorecer o golpe de Estado de outubro de 2019. Segundo a ministra de governo, María Nela Prada o material bélico teria chegado a La Paz, em 12 de novembro de 2019, mesmo dia em que Jeanine Áñez se autoproclamou presidenta.

"O mundo está condenando esta reedição do Plano Condor, como foi no período das ditaduras militares, quando houve colaboração entre as forças contrárias à vontade popular para reprimir e conseguir através das balas o que não conseguiram nas urnas", declarou Prada.

O chanceler boliviano Rogélio Malta mostrou uma nota de agradecimento enviada pelo então comandante da Força Aérea Boliviana ao embaixador da Argentina na Bolívia, no dia 13 de novembro de 2019.

O General Gonzalo Terceros confirmou ao diplomata argentino, Normando Álvarez García, que recebeu 40 mil cartuchos AT 12/70 e bombas de gás lacrimogêneo. O governo Arce denuncia que essa munição foi usada nos massacres de Sacaba e Senkata, nos dias 11 e 15 de novembro de 2019, que terminaram com saldo de 22 mortos.

O atual chefe de Estado argentino, Alberto Fernández, pediu desculpas ao povo boliviano através de uma carta dirigida ao seu homólogo Luis Arce.

Expressou sua "dor e vergonha" frente à denúncia de La Paz de que Macri forneceu clandestinamente "material de guerra" ao regime de Áñez. Fernández ainda caracterizou os atos de Macri como uma "decidida colaboração com a repressão militar e policial sofrida por quem defendia a ordem institucional" do governo legítimo de Evo Morales, derrubado por militares.

Arce respondeu que ratifica "laços de irmandade com o povo argentino e reconhece a solidariedade e apoio do irmão presidente Alberto Fernández ao povo boliviano, assim como seu compromisso com a memória, a verdade e a justiça", publicou.

Data da notícia: **09/07/2021**

Título da notícia: **Uruguaios juntam quase 800 mil assinaturas contra lei do presidente Lacalle Pou**

Link da fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/09/uruguaios-juntam-quase-800-mil-assinaturas-contra-lei-de-presidente-lacalle-pou>

A Comissão Nacional Pró-Referendo do Uruguai informou, na tarde desta quinta-feira (8), que foram recolhidas, até o momento, 763.443 assinaturas para solicitar um referendo nacional contra a Lei de Urgente Consideração (LUC) aprovada ano passado pelo presidente Luis Lacalle Pou.

Com 100 mil assinaturas a mais do que o necessário, movimentos sociais, sindicatos e coletivos esperam conseguir a aprovação para a consulta popular e, assim, tentar revogar 135 dos 476 artigos do pacote de leis aprovado em 8 de julho do ano passado, após tratamento expresso no Congresso.

A LUC foi uma das principais propagandas de campanha eleitoral de Lacalle Pou, que assumiu a presidência uruguaia em 2020. Os artigos respaldam temas sobre a segurança, assim como áreas de educação, trabalho, economia, saúde e meio ambiente.

De acordo com o jornal uruguaio *El Observador*, a Comissão Nacional Pró-Referendo pretende reverter cerca de oito capítulos inteiros que se referem, por exemplo, à proteção à livre circulação, à eleição dos diretores do Banco de Segurança Social, assim como à privação de liberdade de adolescentes e ao mercado de petróleo bruto e seus derivados.

Ao periódico, o integrante da Comissão Rafael Michelini disse que a campanha de assinatura é uma "defesa" da "qualidade democrática do Uruguai". "Isso significa que vai haver um referendo. No Uruguai não se legisla assim. Vamos discutir esses artigos e que o povo se manifeste", disse.

Agora, as assinaturas devem ser analisadas pela Justiça Eleitoral para determinar sua validade. Após essa etapa, a coleta deve passar por um processo de revisão e controle, e o Tribunal uruguaio tem 50 dias úteis para analisá-las. Se tudo estiver correto, o órgão tem mais 45 dias para convocar o referendo.

Entre os seus pontos mais questionados, a LUC flexibiliza o uso da força policial, regulamenta o direito à greve e declara piquetes ilegítimos realizados em espaços públicos ou privados que "afetam a livre circulação de pessoas, bens ou serviços", conferindo poderes ao uso da força pública para dissolvê-los.

Data da notícia: **09/07/2021**

Título da notícia: **Continuam a insistir no suicídio do Mercosul**

Link da fonte: <https://www.alainet.org>

Link da notícia: <https://www.alainet.org/es/articulo/213009>

A tensão desencadeada na quarta-feira entre Argentina e Uruguai na reunião de chanceleres do Mercosul devido ao anúncio do Uruguai de que passará a explorar acordos comerciais individualmente, foi ratificada no dia seguinte na cúpula de presidentes, quando está sendo

feita uma tentativa para inviabilizar o esforço integrador de 30 anos, e não apenas por causa dos discursos de Alberto Fernández e Luis Lacalle Pou.

Com o Brasil na presidência pro tempore, as expectativas se concentram em se este país avança em busca de uma maior abertura ou de uma liberalização tarifária, porque é quem tem o poder de negociar com a Argentina. As nuvens de tempestade se deslocaram da sede do Itamaraty, na Plaza San Martín, para o Palácio do Itamaraty, em Brasília, passando pela sede do Mercosul em Montevideú.

O presidente argentino foi o responsável pela abertura do encontro e o primeiro a proferir um discurso, à distância, da Casa Rosada. “É com mais integração regional e não menos integração regional que teremos melhores condições de produzir, comercializar, negociar e competir”, afirmou. Mas seu governo decidiu transmitir apenas o discurso do chefe de estado e interromper a transmissão das mensagens dos outros presidentes, o que irritou os outros líderes.

Fernández deixou clara a posição contrária à proposta do Uruguai: “Acreditamos que o consenso é a espinha dorsal constitutiva do Mercosul, não podemos renunciar a este princípio, é uma regra”; “O jeito é negociar junto com terceiros países ou blocos”, negociando “só alimentaremos a miragem de uma vã prosperidade, e unidos podemos ter um Mercosul criativo, que não se corte apenas pela imposição de visões unilaterais”.

Ao final do discurso, ele insistiu: “A Argentina reafirma que ninguém se salva sozinho. Um Mercosul com coração solidário é o carro-chefe da estratégia de integração”.

Por sua vez, o presidente uruguaio, Luis Lacalle Pou, ratificou o que foi avançado nesta quarta-feira pelo chanceler Francisco Bustillo na reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC): afirmou que seu governo tem uma “vocação de abertura” e destacou que “o mundo é já muito rápido, está se entrelaçando comercialmente e o fim da ambição vai fazer essas negociações dispararem. O mundo avança e não vai esperar por nós”.

Em seguida, ameaçou: “O Uruguai está indo para lá. Esperançosamente iremos todos juntos, mas o que está claro é que vamos para lá”. “Nosso país tem vocação para a abertura. Nosso país, como o Mercosul, tem essa vocação. Temos de seguir em frente com a União Europeia. Tentativas fracassadas geram ceticismo e desconfiança. O Uruguai quer avançar com o Mercosul, temos mais força, mais dimensão e mais poder de negociação com o mundo”, acrescentou.

Afirmou também que seu país tem “a vocação de ser porta de entrada ao mar da República irmã do Paraguai, seja principal ou acessória. Temos que unificar os empregos nas passagens de fronteira, trabalhar nas políticas de fronteira. Temos nos saído muito bem na pandemia com o Brasil”, explicou.

Em 26 de março Lacalle havia dito que o Mercosul não poderia " ser um entrave" que impedisse o avanço comercial de seu país, ao que Fernández respondeu que se a Argentina fosse considerada um entrave ", que levassem outro barco. Três dias depois, Lacalle insistiu que seu país "afrouxe a corda" para poder negociar com terceiros.

Criado há 30 anos, o Mercosul reúne mais de 300 milhões de habitantes e é a quinta maior economia do mundo, com um território de mais de 14 milhões de quilômetros quadrados.

Data da notícia: **09/07/2021**

Título da notícia: **9 de julho: 205 anos de independência argentina e os desafios da soberania latino-americana**

Link da fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/09/9-de-julho-205-anos-de-independencia-argentina-e-os-desafios-da-soberania-latino-americana>

Em um dia como hoje, há 205 anos, um grupo de 29 deputados argentinos assinou a declaração de Independência, na província nortenha de San Miguel de Tucumán. Desde então, a Argentina é uma nação livre e exerce sua soberania sobre o território e o espaço marítimo compreendido na margem continental.

O exercício dessa independência, na conjuntura atual, pode ser problematizado em aspectos que envolvem a dívida externa, os acordos comerciais e o monocultivo – que condena toda a região ao mercado internacional –, o retorno de controle por um ano do Estado sobre o rio Paraná após 25 anos de concessão e a possibilidade de produzir e comprar vacinas no enfrentamento da pandemia da covid-19.

Na realidade latino-americana, a busca pela soberania é um desafio para todos os países, em suas distintas particularidades. Com idas e voltas, a trajetória da Argentina não escapa disso, especialmente em um momento em que os governos na região traçam linhas tão diversas entre si.

Vestígios da história

O passado colonial deixou marcas na construção de identidade argentina, comumente tendenciosa à cultura e "origem" europeia, evidenciada na polêmica fala do presidente Alberto Fernández há algumas semanas.

"Seguimos nesse debate sobre aonde vamos, o que somos e em que medida nos consideramos autônomos", pontua Amílcar Salas Oroño, doutor em ciências sociais e pesquisador integrante do Centro Estratégico Latino-americano de Geopolítica (Celag). "Essa é uma pergunta que ainda não tem uma grande resposta. Essa crise que vivemos, que é a crise mesma do capitalismo, desnuda as interrogações dos países em condição periférica – e inclusive a desorientação das elites."

As idas e voltas na região – que, nos anos 2000 viveu um cenário político alinhado e uma agenda progressista em comum – podem ser caracterizadas por essa condição de base, que Oroño chama de "periférico", em relação aos países economicamente dominantes.

Neste sentido, os conceitos de soberania política, independência econômica e justiça social estão profundamente interligados. Conceitos que ganharam particular potência na Argentina na década de 1940, com o governo de Juan Domingo Perón.

"Até os anos 40, Argentina teve laços bastante estreitos com a Grã-Bretanha, até começar o processo de nacionalização em algumas empresas de serviços públicos e uma perspectiva nacionalista em termos de proteção social", conta. "O peronismo tinha princípios organizadores de sua doutrina política que se baseavam na independência econômica, na soberania política e na justiça social."

Como muitos outros países da região, a Argentina encara a década de 1990 golpeada pelas políticas econômicas iniciadas na ditadura.

"A ideia do que somos tem a ver com como nos vinculamos com o mundo, e nisso os anos 90 foram definitórios, porque entramos a essa globalização de uma forma neoliberal", pontua Oroño.

As bases do modelo da dependência

Partindo dos conceitos de soberania política e independência econômica, a concessão da administração sobre o rio Paraná-Paraguai e a subjugação econômica ao capital estrangeiro são questões centrais na política argentina atual que põem em xeque a possibilidade de soberania do país.

No caso do controle do Estado sobre as exportações e a dragagem do rio Paraná, ainda é uma decisão em suspenso: são apenas 12 meses até a próxima licitação, que pode incluir condições mais favoráveis ao país mas que, ainda assim, deixaria o rio mais importante do país, em todos os sentidos, em mãos estrangeiras.

Já no caso da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), contraída em 2018, os acordos que o governo busca para estender os prazos ainda deixariam o país subordinado, como afirmaram diversos especialistas no tema. No entanto, a ilegitimidade dessa dívida já foi conferida pelo próprio Banco Central, que emitiu um informe no qual mostra como atores ligados ao ex-presidente Mauricio Macri compraram o valor equivalente aos bilhões de dólares do empréstimo outorgado pelo FMI à Argentina.

"Perdemos uma enorme oportunidade de investigar essa dívida e suspender o pagamento", aponta Beverly Keene, integrante da Autoconvocatória pelo Não Pagamento da Dívida com o FMI.

A dívida com o FMI é um dos pontos mais desafiadores do governo peronista pós-macrismo, um cenário difícil o suficiente mesmo antes da pandemia. Agora, em pleno ano eleitoral, o projeto de uma maior distribuição de renda – chave para o conceito de justiça social dessa

filosofia política – acaba entrando em um campo contraditório quando falamos em soberania nacional.

Um dos exemplos dessa contradição se inscreve no próprio projeto de contribuição solidária extraordinária, conhecido como imposto sobre as grandes fortunas. A maior parcela do arrecadamento será destinada à exploração e produção de energia na formação de Vaca Muerta, segunda reserva mundial de gás não convencional e 4ª de petróleo não convencional. "A economia dos extrativismos significa, na Argentina, um enorme avanço da fronteira agrícola, do uso de agrotóxicos, da concentração de posse de terras e todos os temas que se relacionam a isso, como a mega mineração e o fracking", afirma Keene. Estes últimos tópicos se relacionam diretamente à exploração de Vaca Muerta, na Patagônia.

Data da notícia: **09/07/2021**

Título da notícia: **Fernández pede desculpas por apoio de Macri a golpe na Bolívia: “Dor e vergonha”**

Link da fonte: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/70469/fernandez-pede-desculpas-por-apoio-de-macri-a-golpe-na-bolivia-dor-e-vergonha>

O presidente da Argentina, Alberto Fernández, se desculpou, em nome do povo de seu país, pelo papel desempenhado pelo governo de seu antecessor, Mauricio Macri (2015-2019), no golpe contra o então reeleito presidente boliviano Evo Morales em 2019. Segundo a Bolívia, o então governo argentino chegou a fornecer armamentos aos golpistas.

Fernández considerou que a "colaboração" de Mauricio Macri com as forças militares bolivianas que realizaram o golpe de 2019 acabou dando autoridade a Jeanine Áñez como governante de fato.

O presidente argentino enviou uma carta, na noite desta quinta (08/07) ao atual presidente boliviano Luis Arce, para lamentar o fato, e expressou sua "dor e vergonha" frente à denúncia de La Paz de que Macri forneceu clandestinamente "material de guerra" ao regime de Áñez para reprimir os protestos sociais que culminaram nos massacres de Sacaba e Senkata.

Fernández chamou os atos de Macri de "decidida colaboração" para com a "repressão militar e policial sofrida por quem defendia a ordem institucional" do governo legítimo de Evo Morales, derrubado por militares.

O presidente argentino anunciou que “esses eventos estão sendo analisados por um Grupo Interdisciplinar de Peritos Independentes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos”. Da mesma forma, afirmou que “ter feito o mais rápido possível o que estava ao [seu] alcance para preservar a vida de Evo Morales, Álvaro García Linera e muitos outros irmãos bolivianos

sitiados pelos conspiradores golpistas". Fernández assumiu o poder na Argentina cerca de um mês depois da renúncia de Morales.

Em resposta, por meio de um tweet, Luis Arce disse que ratificou os "laços de fraternidade com o povo argentino", e reconheceu "a solidariedade e o apoio do Irmão Presidente Alberto Fernández ao povo boliviano, bem como seu compromisso com a memória, a verdade e justiça".

Em novembro de 2019, após ter vencido as eleições, o presidente Evo Morales, do Movimento pelo Socialismo, foi forçado a deixar seu cargo pela direção das Forças Armadas, após pressões da Organização dos Estados Americanos e da cumplicidade da Direita. governos da região, como Brasil, Argentina, Chile e Peru.

Data da notícia: **13/07/2021**

Título da notícia: **Governo da Argentina denuncia Mauricio Macri por envio de armas à Bolívia**

Link da fonte: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/70518/governo-da-argentina-denuncia-mauricio-macri-por-envio-de-armas-a-bolivia>

O governo argentino denunciou nesta segunda-feira (12/07) o ex-presidente Mauricio Macri e outros funcionários de seu mandato pelo envio de "material repressivo" à Bolívia em novembro de 2019, ocasião do golpe de Estado que culminou na renúncia de Evo Morales.

A denúncia é assinada pela ministra da Segurança, Sabina Frederic; a administradora da Receita Pública Federal, Mercedes Marcó del Pont; e o ministro da Justiça e Direitos Humanos da Nação, Martín Soria.

Segundo o texto apresentando, os signatários denunciam o "embarque ilegal de armas e munições para a Bolívia perpetrado em 12 de novembro de 2019 pelo governo nacional chefiado pelo ex-presidente Mauricio Macri, com a participação de altas autoridades do Poder Executivo Nacional".

O documento aponta ainda que o fato consistiu um "envio irregular de armamentos e munições" com o objetivo de "colocar esse material repressivo à disposição da ditadura que recém havia tomado o poder no país vizinho, encabeçada por Jeanine Áñez".

"Se observa a possível comissão dos delitos de contrabando agravado pela quantidade de pessoas envolvidas, pela qualidade de funcionários públicos, pela participação de um colaborador do serviço aduaneiro, e por tratar de ser armas e munições de guerra", diz a denúncia.

Alberto Fernández, atual presidente da Argentina, se desculpou, em nome do povo de seu país, pelo papel desempenhado pelo governo de seu antecessor no golpe contra o então reeleito presidente boliviano Morales.

Fernández considerou que a "colaboração" de Mauricio Macri com as forças militares bolivianas que realizaram o golpe de 2019 acabou dando autoridade a Añez como governante de fato.

O mandatário argentino enviou uma carta na noite de quinta-feira (08/07) ao atual presidente da Bolívia, Luis Arce, para lamentar o fato, e expressou sua "dor e vergonha" frente à denúncia de La Paz.

De acordo com os denunciantes, a entrega desses suprimentos militares "tinha como objetivo encobrir a necessidade de proteger a embaixada argentina" na Bolívia, mas a "gravidade institucional do acontecimento se consolida ao constatar que o material enviado teve como destino final as Forças Armadas" do país vizinho.

Os signatários recordam ainda que as Forças Armadas da Bolívia cometeram violações de direitos humanos no país, entre eles os massacres em Sacaba e Senkata.

"Não se trata de qualquer tipo de contrabando, mas sim de um que visava reforçar a capacidade de ação das Forças Armadas que se rebelaram contra um governo constitucional e contra o povo boliviano. Um fim que as autoridades nacionais não podiam ignorar: enviaram munições e material repressivo sabendo que seriam usados contra a população da Bolívia forças sediciosas", enfatizaram.

Data da notícia: **13/07/2021**

Título da notícia: **Presidente da Argentina pede fim do bloqueio econômico contra Cuba e Venezuela**

Link da fonte: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/70507/presidente-da-argentina-pede-fim-do-bloqueio-economico-contra-cuba-e-venezuela>

O presidente argentino Alberto Fernández pediu nesta segunda-feira (12/07) fim aos bloqueios econômicos, impostos pelos Estados Unidos (EUA) de forma unilateral, contra Cuba e Venezuela, afirmando que estão causando danos "incalculáveis" aos países.

"Não há nada mais desumano em uma pandemia do que bloquear economicamente um país", disse Fernández.

Em entrevista ao veículo da Argentina *Rádio 10*, o mandatário afirmou que "se realmente nos importamos tanto com a vida dos venezuelanos", vamos "acabar com os bloqueios e então os venezuelanos decidirão que tipo de governo querem".

Sobre Cuba, Fernández disse o mesmo: "todas essas coisas devem ser resolvidas pela população". "Não sou eu quem deve dizer ao povo o que fazer; nem a Argentina, nem qualquer outro país do mundo", disse ele.

Segundo o argentino, nas últimas cúpulas do G20, afirmou que os bloqueios no mundo devem acabar, porque "quando bloqueiam um país bloqueiam uma sociedade, e isso é o menos humanitário que existe".

Tanto Cuba quanto a Venezuela vivem um bloqueio econômico e político há anos. A ilha caribenha começou a sofrer as primeiras retaliações por parte do governo norte-americano desde os anos 1960, e a Venezuela desde 2015, no governo Barack Obama.

Data da notícia: **14/07/2021**

Título da notícia: **Desafios pós-Covid na Argentina**

Link da fonte: <https://www.alainet.org>

Link da notícia: <https://www.alainet.org/es/articulo/213061>

A vacinação massiva que o governo argentino vem realizando com o objetivo de finalizar sua implantação alguns meses antes do final do ano pode trazer a trégua necessária que a sociedade exige ante a virulência de um fenômeno viral de excepcional magnitude.

A trajetória recessiva pela qual passaram os três últimos governos é o marco estrutural onde se aninham as principais demandas sociais por uma recomposição econômica que devolva não só renda, mas dignidade à população.

O contexto global que vivemos é de uma magnitude sem precedentes em termos de transformações contínuas que nos afetam para além da nossa condição periférica e longe dos centros mundiais que se movem cada vez mais em direção ao Oriente.

O economista Roubini - que antecipou a eclosão da crise de 2008 - indicou que ficaremos imbuídos de recessão nos próximos 10 anos, o que em termos locais pode afastar uma repetição do ciclo 2003-2006.

A seletividade do próximo ciclo local e o avassalador endividamento externo certamente dificultarão o retorno à trajetória positiva, deixando a replicação em alguns setores que podem ter maior competitividade externa, já que a queda da renda da população não é um estímulo para a reação do investimento no mercado interno.

A competição da mão-de-obra pela taxa de câmbio, mas sob os fenômenos inflacionários prevalentes, não prevê per se o estabelecimento de investimento estrangeiro, mas afeta a estabilidade econômica e política e dentro de um quadro de forte competição com outros destinos latino-americanos ou asiáticos.

Mas, com efeito, se baseia em uma agenda de redistribuição da renda local que há vários anos já se manifestou em alguns agentes altamente concentrados que se manifestam como objeto de lucros que superam em muito a média mundial.

Data da notícia: **15/07/2021**

Título da notícia: **O que esperar da presidência do Brasil no Mercosul**

Link da fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/15/o-que-esperar-da-presidencia-do-brasil-no-mercosul>

O Brasil assumiu a presidência temporária do Mercado Comum do Sul (Mercosul), durante a cúpula de chefes de Estado, que completa uma semana nesta quinta-feira (15). Em seu discurso, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que a gestão brasileira irá modernizar a agenda econômica do bloco, que atualmente seria um sinônimo de “ineficiência” e “desperdício de oportunidades”.

Apesar das declarações de Bolsonaro, o Mercosul, que engloba o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai como membros plenos e a Bolívia como membro associado, é considerado a 5ª economia global.

Para a indústria nacional, o Mercosul é o mercado prioritário para a venda de produtos manufaturados, tecnologia e indústria automobilística. Em 2019, o Brasil teve um superávit de 6% na balança comercial com o bloco, representando um lucro de US\$ 48 bilhões.

“A gente percebe o quanto o Mercosul é importante para a indústria brasileira. O Brasil não coloca muitos produtos manufaturados no exterior, nossos produtos não são tão competitivos em geral. Então é na América Latina, sobretudo para Argentina e demais países do Mercosul, que a gente vende nossos produtos industrializados”, aponta a coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão em Cooperação Regional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Clarissa Franzoi Dri.

No mesmo ano, o Mercosul teve uma atividade comercial equivalente a US\$ 478 bilhões, com um saldo positivo de US\$ 66,6 bilhões. Os principais produtos de exportação são soja, petróleo e minério de ferro. Cerca de 48% dos produtos são enviados para a Ásia, 20% para Europa e 16% para América do Norte. Enquanto as importações são de diesel, reagentes para refino de petróleo e fertilizantes, sendo que o Brasil é o principal comprador com 72% dos produtos importados.

A China é o principal fornecedor com 24% das importações, seguida dos Estados Unidos com 18% e Alemanha com 7%.

Data da notícia: **16/07/2021**

Título da notícia: **Justiça argentina abre investigação contra Macri por envio de armamento à Bolívia**

Link da fonte: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/70582/justica-argentina-abre-investigacao-contramacri-por-envio-de-armamento-a-bolivia>

O Ministério Público da Argentina aceitou oficialmente nesta sexta-feira (16/07) abrir uma investigação contra o ex-presidente Mauricio Macri em razão do envio de armas e munições em seu mandato à Bolívia após o golpe de Estado que culminou na renúncia de Evo Morales. O procurador Claudio Navas Rial aceitou a denúncia feita pelo governo argentino e instaurou investigação contra o ex-presidente por “contrabando agravado”. Junto a ele, foram denunciados o embaixador Normando Álvarez García e dois ex-ministros, Patricia Bullrich (Segurança) e Oscar Aguad (Defesa). Ainda houve a abertura de investigação contra alguns militares.

A Casa Rosada denunciou Macri e seus funcionários na última segunda-feira (12/07) pelos envios. Segundo o governo, o objetivo era “colocar esse material repressivo à disposição da ditadura que recém havia tomado o poder, com Jeanine Áñez”. A presidente autoproclamada assumiu após acusações de supostas fraudes na reeleição de Morales.

A participação de Macri no golpe da Bolívia veio à tona por conta de uma carta revelada do comandante da Força Aérea Boliviana (FAB), Jorge Terceros Lara, agradecendo ao embaixador argentino pelo envio de munição.

A revelação fez o presidente da Argentina, Alberto Fernández, pedir desculpas formais ao presidente Luis Arce, atual presidente boliviano.

Denúncia

O governo argentino entrou com uma denúncia contra Macri e outros funcionários de seu mandato pelo envio de "material repressivo" à Bolívia em novembro de 2019.

Segundo o texto apresentando, a denúncia indica que o "embarque ilegal de armas e munições para a Bolívia perpetrado em 12 de novembro de 2019 pelo governo nacional chefiado pelo ex-presidente Mauricio Macri, com a participação de altas autoridades do Poder Executivo Nacional”.

De acordo com os denunciantes, a entrega desses suprimentos militares "tinha como objetivo encobrir a necessidade de proteger a embaixada argentina" na Bolívia, mas a "gravidade institucional do acontecimento se consolida ao constatar que o material enviado teve como destino final as Forças Armadas" do país vizinho.

Por sua vez, a denúncia recorda que as Forças Armadas da Bolívia cometeram violações de direitos humanos no país, entre eles os massacres em Sacaba e Senkata.

Em novembro de 2019, após ter vencido as eleições, o presidente Evo Morales, do Movimento pelo Socialismo (MAS), foi forçado a deixar seu cargo pela direção das Forças Armadas, após pressões da Organização dos Estados Americanos e da cumplicidade da Direita. governos da região, como Brasil, Argentina, Chile e Peru.

Data da notícia: **17/07/2021**

Título da notícia: **Promotoria argentina investiga Macri por contrabando de munição para a Bolívia**

Link da fonte: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/promotoria-argentina-investiga-macri-por-contrabando-de-municao-para-a-bolivia/>

A Promotoria argentina abriu um processo nesta sexta-feira (16) contra o ex-presidente Mauricio Macri, denunciado por contrabandear munição para a Bolívia em novembro de 2019, quando o país foi abalado por manifestações pela reeleição de Evo Morales informaram fontes judiciais.

O promotor Carlos Navas Rial decidiu impulsionar a investigação contra Macri, com base em denúncias dos atuais ministros da Justiça, Martín Soria, e de Segurança, Sabina Frederic. A acusação também incluiu a ex-ministra da segurança Patricia Bullrich e o ex-ministro da defesa Oscar Aguad no caso.

O chanceler boliviano, Rogelio Mayta, denunciou há uma semana que o governo de centro-direita de Macri (2015-2019) enviou munições e gás lacrimogêneo às forças armadas para reprimir os protestos dos partidários de Morales.

Poucos dias depois, o governo argentino denunciou Macri e vários de seus ministros por contrabando agravado de munições, crime que inclui penas de quatro a doze anos de prisão. Macri negou as acusações e sustentou que seu governo concedeu asilo na embaixada argentina em La Paz a funcionários do governo de Morales.

Data da notícia: **18/07/2021**

Título da notícia: **Governo da Bolívia investiga participação de Brasil e Chile em conflitos de 2019**

Link da fonte: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/governo-da-bolivia-investiga-participacao-de-brasil-e-chile-em-conflitos-de-2019/>

O governo de Luis Arce informou neste sábado que investiga se Brasil e Chile tiveram participação na convulsão social ocorrida na Bolívia em 2019, após acusar Equador e Argentina de enviarem armas e equipamento antidistúrbios.

“Serão investigadas as relações que podem ter existido naquele momento (2019) em ajuda e contribuições do Brasil e do Chile”, indicou o porta-voz do governo, Jorge Richter.

Arce havia afirmado nos últimos dias que, em outubro e novembro de 2019, foi organizado um golpe de Estado contra seu mentor, Evo Morales, e que a iniciativa foi apoiada por vários governos e por ONGs americanas. Richter foi entrevistado por uma rádio dos sindicatos de “coccaleros” sobre as denúncias feitas há uma semana pelo chanceler Rogelio Mayta contra o governo do ex-presidente argentino de direita Mauricio Macri.

Macri foi acusado por Mayta de ter ajudado com armas e suprimentos o governo provisório da direita Yanina Añez a reprimir os protestos de apoiadores do ex-presidente Evo Morales (2006-2019), levado a renunciar após o golpe de Estado denunciado. Segundo Richter, o governo de Arce espera que o Ministério Público argentino ajude a esclarecer esse fato, e que Macri, que negou as acusações, possa dar detalhes a respeito.

No mês passado, o Executivo boliviano também responsabilizou o governo equatoriano de Lenín Moreno por ter despachado para a Bolívia “munição de guerra” e equipamento antimotim. Uma investigação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) constatou que 35 mortes foram registradas nos confrontos do fim de 2019.

Data da notícia: **18/07/2021**

Título da notícia: **Privatização dos Correios da Argentina deixou prejuízo é exemplo a não ser seguido por Brasil**

Link da fonte: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/70586/privatizacao-dos-correios-da-argentina-deixou-prejuizo-e-exemplo-a-nao-ser-seguido-por-brasil>

O tema da privatização dos correios na Argentina é antigo, mas permanece uma história sem desfecho. A concessão do serviço estatal à Socma (Sociedade Macri) – que durou até a reestatização dos correios, no governo de Néstor Kirchner, em 2003 –, resultou em um rombo de US\$ 300 milhões. O Estado busca receber essa soma há 20 anos.

O longo processo judicial contra a Socma, cujo líder é Franco Macri, pai do ex-presidente Mauricio Macri, ainda deve se prolongar no tempo. Na quarta-feira (14/07), os advogados do grupo financeiro conseguiram, com uma apelação, reaver a decisão da juíza Marta Cirulli, que declarou a quebra do Correo Argentino S.A. na semana passada.

A longa história da privatização dos correios argentinos

Os serviços postais, historicamente estatais, como no Brasil, foram privatizados em 1997, junto a uma série de outros serviços, como água, eletricidade e telefonia, durante o governo neoliberal de Carlos Menem. Empresas, mesmo que rentáveis e bem administradas pelo estado, passaram pela chamada reforma do estado.

Olmos conta que investigou sobre a família Macri e colaborou com informações para o processo no caso dos Correios, nesse período encontrou três documentos de 1992 que demonstram o funcionamento desse sistema de privatizações.

"Encontrei três cartas confidenciais no arquivo do Ministério da Economia enviadas à comunidade financeira, em 1992, pelo diretor-gerente do FMI, pelo presidente do Banco Interamericano e pelo presidente do Banco Mundial, incentivando o apoio ao governo argentino, porque este se havia comprometido a vender as empresas do Estado, a reformar a lei da aposentadoria e modificar a legislação do trabalho, porque era restritiva para os investimentos estrangeiros", conta.

Data da notícia: **19/07/2021**

Título da notícia: **No Uruguai o cenário mudou, mas o que mudou?**

Link da fonte: <https://www.alainet.org>

Link da notícia: <https://www.alainet.org/es/articulo/213114>

A política uruguaia também é - em vários sentidos - uma planície suavemente ondulada. Quem estiver esperando por terremotos ou mudanças abruptas no nível político ficará, na maioria das vezes, surpreso com a predominância de tendências graduais e pontos médios. Na semana passada a ideia de uma mudança no cenário político esteve associada à entrega das assinaturas para viabilizar o referendo contra 135 artigos da Lei de Urgência (LUC), principal aposta do governo neoliberal de Lacalle Pou. É verdade que há uma mudança, mas o que mudou especificamente? Em primeiro lugar, mudou uma imagem: a do quietismo da Frente Ampla, a da sua anomia e do seu estado de letargia. Ninguém escapa de que há vários aspectos muito complicados a resolver na atualidade da Frente Ampla, mas isso não equivale a entregá-la por mortos e enterrados. Mais ainda: esta falaciosa ideia de que "a FA já existiu" é uma ideia que vários dirigentes políticos e intelectuais ligados ao partido no poder querem impor como parte de uma tarefa de desmoralização e neutralização das energias utópicas que ainda se aninham no principal partido da esquerda política deste país. Demorou menos de 18 meses para que as organizações sociais e políticas do campo popular, incluindo a Frente Ampla, articulassem uma campanha de mobilização e pedagogia política contra o governo. E mais assinaturas foram coletadas do que nunca na história. Contra um governo que supostamente tem um alto nível de aceitação.

Um governo que assume após um período de 15 anos de governos da Frente Ampla, e que se surpreendeu com a irrupção pandêmica. 18 meses, em um contexto altamente adverso. Nos últimos 5 meses, milhares de assinaturas foram recolhidas e um exercício que vem de longe voltou a ser praticado: o que o povo uruguaio mais fez durante os anos 90 até 2004, foi recolher assinaturas. Ele coletou assinaturas em '89, em '92, em '98, em 2001 e 2004. Às vezes ele perdeu, às vezes ele ganhou. Depois de 15 anos de governos de esquerda, e diante de um cenário diferente, foi reativado a partir desse "know-how", daquela memória organizacional e militante. Portanto, aqueles que consideram a Frente Ampla como morta têm de esperar. Outra imagem também mudou: a de um governo atento aos ânimos sociais e rápido em sua capacidade de responder a qualquer mudança. De repente, agora percebemos que essa imagem era justamente isso, apenas uma ideia criada, materializada, um significativo ensaiado e repetido que acabou -quase- por se tornar um atributo além da discussão e do escrutínio.

Data da notícia: **21/07/2021**

Título da notícia: **Argentina considera cuidado materno com 'trabalho' e garante aposentadoria a 155 mil mulheres**

Link da fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/21/argentina-considera-cuidado-materno-como-trabalho-e-garante-aposentadoria-a-155-mil-mulheres>

A Administração Nacional de Seguridade Social (ANSES) da Argentina, órgão responsável por assegurar que a população seja beneficiada pelas políticas públicas, apresentou esta semana oficialmente o Programa Integral de Reconhecimento de Tempo de Serviço por Tarefas Assistenciais que permitirá a aposentadoria de 155 mil mulheres que saíram do mercado de trabalho para se dedicarem ao cuidado dos filhos.

Enquadram-se no programa mulheres com 60 anos de idade ou mais que não completaram os trinta anos de atuação no mercado necessários para se aposentar.

De acordo com o jornal La Nación, o programa "Reconhecimento de períodos de aportes por tarefas de cuidado" admite somar:

- um ano de aporte por cada filho, como regra geral;
- dois anos por filho, em caso de adoção de uma criança ou adolescente menor de idade;
- dois anos se se tratar de um filho com deficiência;

- três anos caso tenha recebido a AUH (Benefício Universal por filho, da sigla em inglês) por 12 meses, consecutivos ou não. O benefício mensal é destinado a pais ou responsáveis que estejam desempregados ou tenham baixa renda;

Também têm direito as trabalhadoras com carteira assinada que recorreram à licença-maternidade. Elas poderão incorporar o período em que estiveram afastadas à contagem de tempo de serviço.

Data da notícia: **21/07/2021**

Título da notícia: **Pessoas não binárias na Argentina já podem ter documento com identidade de gênero reconhecida**

Link da fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/21/pessoas-nao-binarias-na-argentina-ja-podem-ter-documento-com-identidade-de-genero-reconhecida>

O documento nacional de identidade (DNI) argentino passará a reconhecer outras categorias de gênero por fora do sistema binário homem/mulher. O decreto nº476/21 foi publicado nesta quarta-feira (20) no Boletim Oficial, enquadrado na Lei de Identidade de Gênero, vigente no país desde 2012.

Desta forma, o decreto condiz com a lei citada, que reconhece o direito à identidade de gênero em sua subjetividade, independente das categorias biológicas e binárias, impostas ao nascer. Concretamente, em lugar da F ou M presente na categoria "sexo" do DNI, será incorporado um "X" para identificar a pessoas não binárias.

Nesta quinta-feira (21), o presidente argentino Alberto Fernández realizou a entrega dos três primeiros DNIs a pessoas não binárias com sua identidade de gênero devidamente reconhecida no Museu do Bicentenário. Esteve acompanhado do ministro do Interior, Wado de Pedro e da ministra de Mulheres, Gêneros e Diversidades, Elizabeth Alcorta.

"Continuamos dando passos e exemplos de que a Argentina do futuro precisa uma sociedade melhor, com outros valores, com respeito, que reconhecerá no outro uma pessoa, pense como pense", afirmou o ministro do Interior. "Não devemos permitir, como sociedade, o discurso de ódio", acrescentou.

A Argentina é o primeiro país da região latino-americana a reconhecer em uma legislação os direitos da população não binária. O decreto foi uma conquista da militância dos movimentos do país sobre as políticas de gênero.

O que diz o decreto

Em seus primeiros parágrafos, o decreto se justifica ao compreender que "o direito à identidade tem uma direta e indissolúvel vinculação com o direito a não sofrer discriminação, à saúde, à intimidade e a realizar o plano de vida próprio".

O texto decreta que o Registro Nacional das Pessoas (RENAPER), ligado à Secretaria do Interior, deverá adaptar as características e nomenclaturas dos Documentos Nacionais de Identidade e dos passaportes.

O RENAPER também deverá informar aos solicitantes que poderão ter restringida a entrada em países que não reconheçam categorias por fora das binárias homem/mulher. O texto cita países que já incorporam em sua legislação o reconhecimento de identidades não binárias, como Bangladesh, Nepal, Paquistão, Índia e Canadá.

Data da notícia: **22/07/2021**

Título da notícia: **Coalizão Negra por Direitos denuncia presidente da Fundação Palmares à ONU**

Link da fonte: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/70657/coalizao-negra-por-direitos-denuncia-presidente-da-fundacao-palmares-a-onu>

A Coalizão Negra por Direitos denunciou o atual presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), por violações de direitos humanos e dos interesses da população negra, nesta quinta-feira (22/07).

A articulação, que reúne mais de 200 organizações do movimento negro, pede que a ONU notifique o Estado brasileiro acerca das denúncias apresentadas a fim de “garantir o exercício de direitos da população negra no Brasil e a proteção da memória e patrimônio cultural que estão sob tutela da Fundação Palmares”.

No documento, a Coalizão atrela a Camargo um comportamento “totalmente adverso ao escopo institucional que se espera da conduta e lisura” de quem ocupa a Fundação.

“O atual presidente age de modo impessoal e desonesto, claramente movido por ideologia política pessoal, buscando atingir por meio deles a desvalorização da luta histórica contra o racismo estrutural”, afirma no documento enviado à ONU.

Luta racial

Em primeiro lugar, a Coalizão cita algumas tentativas de Camargo que caminham no sentido de apagar e esvaziar a memória e a luta racial no Brasil.

Entre estes ataques, está a ameaça de excluir parte das obras do Acervo da Biblioteca da Fundação. Na época, a Coalizão Negra por Direitos ingressou com uma Ação Civil Pública para impedir a exclusão.

Naquele momento, a organização defendeu que Camargo incorreu em improbidade administrativa ao promover “ações deliberadas que podem ensejar a perda irreversível e imensurável do patrimônio cultural e histórico da população negra”.

A Coalizão também relembra a tentativa de alterar a lista de Personalidades Negras, na qual são encontrados nomes como de André Rebouças, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo.

Data da notícia: **22/07/2021**

Título da notícia: **Golpismo explícito: Braga Netto ameaçou eleições de 2022 se não houver voto impresso, diz jornal.**

Link da fonte: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/70653/golpismo-explicito-braga-netto-ameacou-eleicoes-de-2022-se-nao-houver-voto-impresso-diz-jornal>

O ministro da Defesa, Walter Braga Netto, ameaçou a realização das eleições no próximo ano e disse que elas podem não se realizar se a Câmara não aprovar o “voto impresso e auditável”. Segundo reportagem publicada nesta quinta-feira (22/07) pelo **Estadão**, no último dia 8, quinta-feira, o presidente da Câmara, Arthur Lira(Progressistas-AL), recebeu recado do ministro.

O general pediu para comunicar que não haveria eleições, se não houvesse o voto impresso. “Ao dar o aviso, o ministro estava acompanhado de chefes militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica”, afirma a reportagem.

O voto na urna eletrônica já é auditável, e uma experiência de impressão de voto no começo dos anos 2000 apontou que, com o sufrágio físico, a possibilidade de erros do eleitor e de fraudes aumenta. O sistema eleitoral brasileiro é seguro.

O presidente Jair Bolsonaro repetiu publicamente a ameaça de Braga Netto no mesmo 8 de julho. “Ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições”, afirmou Bolsonaro a apoiadores, naquela data, na entrada do Palácio da Alvorada.

A portas fechadas, Lira disse que via aquele momento com preocupação porque a situação era “gravíssima”. Diante da possibilidade de o Congresso rejeitar a proposta de emenda à Constituição que prevê o voto impresso – ainda hoje em tramitação numa Comissão Especial da Câmara –, Bolsonaro subia cada vez mais o tom.

Data da notícia: **24/07/2021**

Título da notícia: **Brasileiros no exterior se juntam à jornada de protestos contra Bolsonaro**

Link da fonte: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/70685/brasileiros-no-exterior-se-juntam-a-jornada-de-protestos-contrabolsonaro>

Milhares de cidadãos brasileiros em diversas cidades no exterior participaram neste sábado (24/07) da jornada de protestos contra o presidente Jair Bolsonaro e realizaram manifestações contra a gestão do governo brasileiro na pandemia, pedindo o impeachment do mandatário.

Segundo entidades organizadoras, atos ocorreram em ao menos 35 cidades, entre elas Lisboa, Berlim, Freiburg, Viena, Londres e Zurique, de 15 países diferentes.

Em Haia, na Holanda, manifestantes realizaram um ato para reforçar as denúncias contra Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional (TPI). A cidade é sede do tribunal em que tramitam ações e denúncias contra o presidente brasileiro por genocídio da população indígena, devastação ambiental e descaso com a saúde dos brasileiros na pandemia de covid-19.

Em Dublin, na Irlanda, além de protestar contra o presidente, os manifestantes realizaram homenagens à vereadora Marielle Franco (Psol-RJ), assassinada em 2018. “Lute como Marielle Franco! Fogo nos racistas, na Amazônia não”, afirmavam os manifestantes em coro, em referência também ao desmatamento das florestas nacionais, negligenciado pelo governo Bolsonaro.

Em Londres, no Reino Unido, dezenas de pessoas se reuniram para pedir a saída do presidente, o classificando como “genocida” e “corrupto”. O ato também contou com apresentações artísticas como jogos de capoeira e música.

Em Nagoya, no Japão, país sede das Olimpíadas, manifestantes estenderam uma faixa com os dizeres “Jail Bolsonaro” (prisão, em inglês) em um viaduto no centro da cidade.

Em Lisboa, capital portuguesa, centenas de pessoas se concentraram na Praça do Rossio, marco zero da cidade. Os manifestantes carregavam faixas denunciando “Bolsonaro Genocida” e pedindo a saída do presidente do cargo.

Data da notícia: **24/07/2021**

Título da notícia: **Impeachment e vacina: manifestações contra Bolsonaro levam milhares de pessoas às ruas do país**

Link da fonte: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/70684/impeachment-e-vacina-manifestacoes-contrabolsonaro-levam-milhares-de-pessoas-as-ruas-do-pais>

Milhares de manifestantes saíram às ruas neste sábado (24/07) em distintas cidades do país para protestar contra o presidente Jair Bolsonaro. Os atos, que ocorrem de maneira unificada pela 4ª vez neste ano, pedem o impeachment do mandatário brasileiro, além de “vacina no braço e comida no prato”, em referência à má gestão da pandemia no Brasil.

Além das frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular, a convocação para os atos foi feita por organizações de trabalhadores, sindicatos, associações religiosas e por torcidas organizadas.

Mesmo em meio à pandemia do novo coronavírus, as manifestações contra Bolsonaro têm contado com adesão massiva e os manifestantes vêm ocupando as ruas utilizando máscaras e respeitando as regras de distanciamento.

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, os protestos contra Bolsonaro ocuparam a avenida Presidente Vargas em quase toda sua extensão, com ao menos cinco quarteirões repletos de manifestantes. A concentração foi iniciada pela manhã e, segundo os organizadores, contou com a participação de 75 mil pessoas.

Os atos na capital carioca reuniram diversos partidos políticos e setores sindicais como petroleiros, professores e trabalhadores da saúde. Entidades de aposentados e de pessoas LGBT também estiveram presentes.

Data da notícia: **24/07/2021**

Título da notícia: **Atos contra Bolsonaro mobilizam país e mobilizam políticos de oposição nas redes**

Link da fonte: <https://www.jb.com.br>

Link da notícia: <https://www.jb.com.br/pais/politica/2021/07/1031725-atos-contra-bolsonaro-acontecem-pelo-pais-e-mobilizam-politicos-de-oposicao-nas-redes.html>

Os atos contra o presidente Jair Bolsonaro acontecem em algumas capitais do País e do mundo e mobilizam as redes sociais neste sábado, 24. Políticos de oposição convocam a participação do público e postam fotos de protestos no Brasil e no exterior, pelo impeachment do presidente e pela defesa da democracia. Os manifestantes também pedem vacina para todos e auxílio emergencial de R\$ 600.

Segundo a campanha Fora Bolsonaro, criada pela Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo, estão previstos 468 atos em todos os Estados brasileiros e em outros 12 países.

Em São Paulo, a manifestação está marcada para as 15 horas e contará com a participação também de um bloco suprapartidário formado pelos partidos políticos Cidadania, PV, PCdoB, PDT, PSB, PSDB, Rede Sustentabilidade e Solidariedade, além de centrais sindicais e movimentos de renovação política, como o ACREDITO e o AGORA.

Nas redes, o líder da oposição na Câmara dos Deputados, Alessandro Molon (PSB-RJ), convocou o povo às ruas e recomendou o uso de máscara. "FORA BOLSONARO! Hoje é dia de ir às ruas dizer basta a esse desgoverno e defender a democracia. Coloca a máscara e vem com a gente!"

A presidente do PT, a deputada Gleisi Hoffmann, compartilhou fotos dos protestos em Alagoas e no Rio de Janeiro. "Pelo mundo afora brasileiros já estão nas ruas por vacina, renda e pelo

impeachment! Tem manifestação rolando agora em Salamanca (Espanha), Tóquio (Japão), Viena (Itália), em Berlim (Alemanha) e Lisboa (Portugal)", escreveu.

Data da notícia: **26/07/2021**

Título da notícia: **Beatrix von Storch: quem é a líder da extrema-direita alemã que se reuniu com Bolsonaro**

Link da fonte: <https://g1.globo.com>

Link da notícia: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/07/26/beatrix-von-storch-quem-e-a-lider-da-extrema-direita-alema-que-se-reuniu-com-bolsonaro.ghtml>

"Ao contrário do que diz a imprensa, ele é humilde, amável e bem humorado no trato pessoal." A descrição sobre o presidente Jair Bolsonaro foi feita pela líder da extrema direita alemã Beatrix Von Storch.

Em suas redes sociais, ela publicou na segunda-feira (26) fotos nas quais aparece abraçada ou em reunião com um sorridente Bolsonaro.

Neta do ministro das Finanças de Adolf Hitler, Lutz Graf Schwerin von Krosigk, ela é uma das principais expoentes do polêmico partido nacionalista-conservador Alternativa para a Alemanha (AfD, na sigla em alemão).

E esteve no Brasil nos últimos dias, segundo ela mesma, "para conquistar aliados para o AfD". "Ao contrário do que diz a imprensa, ele é humilde, amável e bem humorado no trato pessoal." A descrição sobre o presidente Jair Bolsonaro foi feita pela líder da extrema direita alemã Beatrix Von Storch.

Em suas redes sociais, ela publicou na segunda-feira (26) fotos nas quais aparece abraçada ou em reunião com um sorridente Bolsonaro.

Neta do ministro das Finanças de Adolf Hitler, Lutz Graf Schwerin von Krosigk, ela é uma das principais expoentes do polêmico partido nacionalista-conservador Alternativa para a Alemanha (AfD, na sigla em alemão).

E esteve no Brasil nos últimos dias, segundo ela mesma, "para conquistar aliados para o AfD".

Data da notícia: **26/07/2021**

Título da notícia: **Uruguaios vislumbram o horizonte sem a covid-19**

Link da fonte: <https://g1.globo.com>

Link da notícia: <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2021/07/26/uruguaios-vislumbram-o-horizonte-sem-a-covid-19.ghtml>

Com 60% da população vacinada com a segunda dose, os uruguaios já podem vislumbrar em setembro o horizonte sem a ameaça da Covid-19. O governo planeja abrir em dois meses suas fronteiras a não residentes, assim como empreender o turismo de vacinas.

A rede hoteleira, sobretudo em Punta del Este, aposta suas fichas no turismo vacinal, que já é aplicado com êxito em Miami, para recuperar os prejuízos impostos pela pandemia do novo coronavírus. Atualmente, os brasileiros estão proibidos de entrar no Uruguai, a menos que sejam residentes no país. Ainda assim, sem vacina, são submetidos a uma quarentena que varia de 7 a 14 dias.

Conforme antevê o ministro do Turismo, Germán Cardoso, em 60 dias a meta de vacinação dos uruguaios estará cumprida e ainda haverá sobra de imunizantes. Em alguns estados do Uruguai, como Flores, 68% já foram inoculados -- índice superior ao do Chile, o país mais bem-sucedido do continente. No Brasil, a taxa de vacinados com duas doses ainda é de 17,2%.

A pandemia não impôs toque de recolher ou bloqueios rígidos no Uruguai, mas provocou picos de incertezas. Em março passado, o país figurava entre os de maior índice de mortes per capita no mundo, com hospitais lotados e falta de oxigênio e de pessoal. Dois meses depois, os resultados de uma ágil e bem planejada campanha de vacinação começaram a ser percebidos e podem ser comemorados.

O governo superou a ameaça de colapso em sua rede hospitalar e possibilitou que os uruguaios revivessem a rotina pré-pandemia com a retomada integral do ensino presencial e parcial de atividades culturais. O retorno aos antigos parâmetros da realidade tornou-se possível com a aplicação de uma fórmula já conhecida: a imunização em massa.

Data da notícia: **28/07/2021**

Título da notícia: **Paulo “Galo” Lima é preso por incêndio à estátua de Borba Gato**

Link da fonte: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/70732/paulo-galo-lima-e-preso-por-incendio-a-estatuadeborbagato>

O entregador Paulo Roberto da Silva Lima, conhecido como "Galo" e fundador do grupo Entregadores Antifascistas, foi preso de forma temporária pela polícia assim que se apresentou nesta quarta-feira (28/07), voluntariamente, ao 11º Distrito Policial de Santo Amaro. A prisão temporária tem prazo máximo de cinco dias, podendo ser prorrogada por igual período.

O órgão investiga o incêndio da estátua de Borba Gato, no último sábado (24/07), na zona sul de São Paulo. O coletivo “Revolução Periférica” já assumiu a autoria do incêndio. A defesa de

Lima afirmou que ele reconhece sua participação no ato e que está disposto a colaborar com as investigações.

A decisão de se apresentar à polícia veio após a defesa localizar um pedido de prisão temporária em andamento contra Galo. De acordo com os advogados, o pedido de prisão foi enviado para o endereço errado. O entregador, ao chegar à delegacia, atualizou o endereço e, com a expedição de um mandado atualizado, foi preso.

O primeiro pedido já havia sido contestado pela defesa. “Um crime em que não houve violência contra a pessoa. Então não consigo entender quais são os motivos jurídicos para ele estar preso. Não se prende pessoas por pensarem, fazerem aquilo que elas acreditam”, declarou o advogado de Galo, Jacob Filho.

No documento enviado ao DP para o agendamento da apresentação de Galo, a defesa também solicita o acesso ao inquérito. “A defesa desconhece os autos da investigação em curso e, ainda, eventuais autos apartados que contenham o mencionado pedido de prisão do peticionário. (...) Desde já, pois, requer que seja deferido o acesso ao inquérito policial principal e, ainda, aos autos de eventuais medidas cautelares decretadas, para que o peticionário e a defesa tenham ciência de todas as provas documentadas”, afirma a defesa na petição.

Data da notícia: **29/07/2021**

Título da notícia: **‘Apego aos bandeirantes tem fator xenófobo’, diz historiadora sobre estatua de Borba Gato**

Link da fonte: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/70758/apego-aos-bandeirantes-tem-fator-xenofobo-diz-historiadora-sobre-estatua-de-borba-gato>

Uma ação em uma estátua na capital paulista levou à detenção de três pessoas nesta quarta-feira (28/07). O entregador Paulo Roberto da Silva Lima, conhecido como Galo, sua esposa Géssica Barbosa e o ativista Danilo Oliveira, o Biu, tiveram prisão preventiva decretada após comparecerem à delegacia para colaborar com as investigações que apuram a queima do busto de Manuel de Borba Gato no dia 25 de julho, no bairro Santo Amaro. Eles foram indiciados por associação criminosa, incêndio e adulteração de placa de veículo.

Esta não é a primeira vez que o monumento em homenagem à figura do bandeirante é alvo de intervenções de ativistas, que denunciam a participação de Borba Gato no processo de genocídio de povos indígenas e de crimes como estupros. Para a historiadora Deborah Neves, doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, as sucessivas ações revelam um sentimento de descontentamento e de incômodo que os governos têm sido falhos em lidar

Desta vez, o grupo Revolução Periférica, do qual Galo é membro, assumiu a autoria do ato político. Antes de sua prisão no 11º Distrito Policial de Santo Amaro, ele afirmou que o objetivo da ação era abrir a discussão. “Para aqueles que dizem que a gente precisa ir por meios democráticos, o objetivo do ato foi abrir o debate. Agora, as pessoas decidem se elas querem uma estátua de 13 metros de altura de um genocida e abusador de mulheres”, disse o ativista. Autora do livro “A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires” (Alameda, 2018), Neves afirma em entrevista à *Agência Pública* que a Prefeitura não tem criado, no âmbito do Executivo, caminhos institucionais para dialogar sobre estes monumentos. Ela cita que um projeto de Lei para a criação de um comitê permanente para debater o patrimônio recebeu pareceres negativos no conselho que delibera sobre o patrimônio cultural do Estado de São Paulo.

O monumento foi inaugurado em 1963 na Praça Augusto Tortorelo de Araújo. A obra de 20 toneladas assinada por Júlio Guerra faz parte de uma série de homenagens à memória dos bandeirantes em espaços públicos, como a Avenida dos Bandeirantes, a Rodovia dos Bandeirantes, o Monumento às Bandeiras e até mesmo a sede do governo paulista, instalada no Palácio dos Bandeirantes desde 1964.

Segundo a historiadora, essas homenagens integram um imaginário construído para fortalecer a ideia de que São Paulo é a locomotiva do Brasil. “Esse apego à memória dos bandeirantes também tem a ver com um componente xenófobo, de construção de uma identidade de que São Paulo é maior que o resto, do que o próprio país”, analisa Neves.

Data da notícia: **30/072021**

Título da notícia: **Aposentadoria por maternidade representa conquista dos feminismos na Argentina**

Link da fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/30/aposentadoria-por-maternidade-representa-conquista-dos-feminismos-na-argentina>

O trabalho profundo e pedagógico dos feminismos ao longo da história mostrou – e mostra – a divisão sexual do trabalho e como o trabalho doméstico, socialmente atribuído às mulheres, é uma das bases do capitalismo. Permite que os homens trabalhem fora de casa, e as mulheres exerçam atividades domésticas e familiares em tempo integral, sem qualquer reconhecimento simbólico ou material. O lema feminista a respeito disso costuma dizer: não é amor, é trabalho não pago.

A frase foi impulsionada pela filósofa e escritora italiana Silvia Federici, cujo ativismo tem criado pontes nos feminismos em países como Brasil e Argentina. "Fala-se agora em serviços essenciais e nunca se menciona que o trabalho doméstico é o serviço mais essencial que há,

porque cada dia reproduz a vida", ressaltou, em uma palestra sobre capitalismo, reprodução e quarentena, em Nova York, no ano passado.

Dessa forma, o decreto 475/2021 foi recebido com êxito pelos movimentos feministas. O governo argentino determinou a equivalência de um ano de serviço previdenciário por cada filho; dois anos no caso de filhos adotivos ou com deficiência; e três para mulheres registradas no Benefício Universal por Filho (AUH), programa de transferência de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica.

Conforme detalha o texto do decreto 475/2021, 95% das pessoas registradas no AUH são mulheres, "atravessadas pela acumulação de desvantagens em virtude de sua condição de gênero e que também acumulam desvantagens associadas à sua situação socioeconômica". Destaca, além disso, que as mulheres representam apenas 39,4% da taxa de emprego no país em relação aos homens, segundo a última Pesquisa Domiciliar Permanente de 2020. O levantamento cita ainda a "feminização da pobreza" e reconhece o trabalho produtivo e reprodutivo como "um conjunto de ações necessárias para o desenvolvimento da vida cotidiana e o sustento das sociedades".

Data da notícia: **30/07/2021**

Título da notícia: **Justiça Argentina reúne provas sobre contrabando de armamento à Bolívia durante gestão Macri**

Link da fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/30/justica-argentina-reune-provas-sobre-contrabando-de-armamento-a-bolivia-durante-gestao-macri>

O governo boliviano continua com as investigações sobre o golpe de Estado de 2019 que destituiu o ex-presidente Evo Morales e a suposta contribuição de governos de outros países da região que teriam colaborado com o regime de Jeanine Áñez. A Argentina está envolvida no caso pelo envio de 70 mil cartuchos de munição AT 12/70, conforme anunciou o ministro de governo da Bolívia, Eduardo del Castillo.

No país platino, por sua vez, a apuração mais avançada sobre o suposto contrabando à Bolívia é comandada pelo juiz Javier López Biscayart. O pedido de investigação foi apresentado pelo governo nacional, através da ministra de Segurança, Sabina Frederic, do ministro de Justiça, Martín Soria, e da titular da Administração Federal de Ingressos Públicos (Afip), Mercedes Marcó.

Segundo informa o jornal Página 12, o juiz Biscayart já acumulou um volume de provas expressivo. Constam na investigação os documentos concedidos pelo governo que revelam as munições que saíram do território argentino e que não foram declaradas no manifesto de

carga, e o tribunal ainda aguarda a chegada dos documentos da Bolívia, o que deverá acontecer através da chancelaria nas próximas semanas.

A partir da análise dos documentos, poderão ser incluídos mais nomes na lista de denunciados investigados na causa, como integrantes das forças armadas e ex-funcionários de Mauricio Macri, ex-presidente do país (2015-19).

Nesta causa, já são oito os denunciados: o próprio Macri e seus então ministros de Segurança, Patricia Bullrich, e de Defesa, Oscar Aguad; o então embaixador boliviano, Normando Álvarez García; e quatro membros da Gendarmeria Nacional (espécie de força policial de assuntos estratégicos e cunho federal): o ex-diretor geral Gerardo José Otero; o ex-diretor de Logística Rubén Carlos Yavorski; o ex-diretor de Operações Carlos Miguel Recalde, e o mais recentemente incluído na causa, o comandante da Gendarmeria, Adolfo Héctor Caliba. Enviado à Bolívia, ele teria sido responsável por coordenar o envio e recepção dos cartuchos com a polícia boliviana, em 2019.